

Aonde vai a França? Trotsky analisa a “conciliação entre as classes sociais” e a alternativa em torno de um programa revolucionário contra a crise capitalista e a burguesia

Aonde vai a França? [\[1\]](#) é uma coletânea de artigos publicados por Léon Trotsky sobre os acontecimentos políticos na

França, entre fevereiro de 1934 – período da ofensiva “fascista-bonapartista-monarquista” contra o parlamento francês – até a greve geral de maio-junho de 1936. Nos textos, Trotsky analisa a evolução da luta de classes francesa. Foram publicados principalmente em *La Variété*, jornal da Liga Comunista Internacional – seção da Liga Comunista Internacional, precursora da IV Internacional.

O revolucionário russo analisou o cenário francês, em meio ao desenvolvimento da crise capitalista mundial, com o prisma que ele havia caracterizado o período que precedeu a chegada de Hitler ao

poder, em 1933. Avaliava a crise da democracia burguesa na França, quando o proletariado se radicalizava em suas lutas, embora sendo contido pela burocracia sindical e pelo partido socialista e comunista. O fascismo francês avançava, ancorado no descontentamento de setores da pequena burguesia urbana e rural contra as instituições liberais burguesas do país (partidos da ordem e parlamento).

Diferente do caso alemão, na França constituiu-se em 1934 uma aliança entre os socialistas e os comunistas, em torno do Pacto de Unidade entre a SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária – Partido Socialista) e

o PCF, que depois levaria à constituição de uma Frente Popular, em aliança com o Partido Radical (burguesia), para as eleições de junho de 1936.

A análise perpassa por temas que envolviam um programa de ação, a partir das condições concretas necessárias para o proletariado avançar para uma situação revolucionária. A greve geral, a caracterização sobre as oscilações da pequena burguesia, as reivindicações imediatas das massas (salário, contrato coletivo de trabalho, custo de vida, desemprego), as palavras de ordem, as milícias operárias, a estatização de empresas e a questão do poder são temas a

partir dos quais Trotsky confrontava as posições reformistas das direções operárias. Essas direções insistiam em caracterizar que não existia “uma situação revolucionária” no país, enquanto Trotsky considerava que existia uma “situação pré revolucionária” que poderia avançar para “revolucionária” ou mesmo “contrarrevolucionária”. Por isso a urgência de organizar o proletariado com um programa de ação que visasse a tomada do poder.

Para Trotsky, a base social principal da crise política francesa encontrava-se na pequena burguesia, composta por milhões de camponeses, artesãos,

pequenos comerciantes e pequenos funcionários. Para ele, “a crise política do país é, antes de tudo, a crise de confiança das massas pequeno-burguesas em seus partidos e em seus chefes tradicionais”. Dependendo para o lado que se virassem, a situação pré-revolucionária poderia transformar-se em revolucionária ou em contrarrevolucionária”.

O grande capital apela para o fascismo quando se sente ameaçado, nos períodos de aguda crise econômica, quando ele aprofunda ainda mais a exploração e opressão sobre os trabalhadores e população pobre. Com a inevitável reação das massas operárias, os capitalistas “excitam a pequena

burguesia contra o proletariado” e “financiam os grupos fascistas para esmagar os operários”. Com o crescimento das mobilizações, lutas e greves, lembrava Trotsky, o fascismo não recua, mas ataca com suas hordas às organizações sindicais. As massas proletárias, por sua vez, deveriam desenvolver um “novo método” de luta contra o inimigo: a “milícia operária”. Suas direções deveriam dirigir-se aos sindicatos e dizer: “camaradas, vossas sedes e vossos jornais serão saqueados e vossas organizações reduzidas a pó, se não criarem imediatamente destacamentos de defesa sindical (milícia sindical), se não demonstrarem com fatos que não

cederão uma só polegada ao fascismo sem combater”.

Trotsky expôs suas análises e propostas sobre a estratégia e as táticas para o movimento operário francês. Criticou a frente única constituída em 1934 por comunistas e socialistas (Pacto de União de Ação), porque ela se limitava às ações parlamentares e às alianças eleitorais, mas não mobilizava os trabalhadores para a luta extraparlamentar contra o fascismo, na perspectiva revolucionária socialista. Para isso, haveria de constituir um plano de ação que articulasse as reivindicações imediatas com a estratégia de poder e as bandeiras de estatização das

empresas.

As direções operárias reformistas, por sua vez, justificavam suas ações dizendo que não existia uma “situação revolucionária” no país e que, para barrar o fascismo, deveria realizar uma aliança com setores burgueses.

Uma coligação entre os partidos socialista e radical, e com o apoio dos comunistas, sob a chefia de Leon Blum (dirigente socialista), ganhou as eleições de junho de 1936. Era a típica frente popular, ou seja, a conciliação de classes levada a cabo entre direções operárias e frações da burguesia. Essa vitória resultava de uma massa

trabalhadora radicalizada que avançou na greve geral de maio/junho daquele ano. O que parecia um êxito do “acordo tripartite”, na realidade foi “um golpe mortal nesse bloco parlamentar”. Não foi apogeu da Frente Popular e, sim, sua agonia, uma vez que seu governo não atendeu às expectativas das massas operárias, pelo contrário retirou direitos conquistados na greve geral. As massas pequeno-burguesas, por sua vez, não tiveram solução para seus problemas econômicos.

O governo frentepopulista de Blum passou a governar com as “200 famílias”, ou seja, a grande burguesia francesa submetendo-o completamente às

suas exigências.

[\[1\]](#) O texto mais recente publicado no Brasil foi realizado pela Editora trotskista Luís e Rosa Sunderman.